



**01) Assinale a alternativa que preencha os espaços do enunciado com as palavras grafadas corretamente: “A ... da competição provoca uma grande ... nos atletas e é preciso manter o foco e a ...”**

- (A) Espectativa – tensão – concentração.
- (B) Expectativa – tensão – concentração.
- (C) Espectativa – tenção – consentração.
- (D) Expectativa – tenção – concentrasão.
- (E) Espectativa – tensão – concentrassão.

**02) Assinale a alternativa que NÃO apresente o mesmo fonema representado pela letra x na palavra *mexicano*:**

- (A) Chapéu.
- (B) Xícara.
- (C) Caixa.
- (D) Exame.
- (E) Chope.

**03) Assinale a alternativa que apresente uso incorreto do sinal indicativo de crase:**

- (A) Às vezes, as pessoas têm comportamentos irracionais.
- (B) À noite é perigoso andar a pé pelas ruas da cidade.
- (C) A regra destina-se à mulheres casadas e solteiras.
- (D) Estamos todos sujeitos à lei e ao amor.
- (E) Todos se dirigiram à sala e solenes discutiram o testamento.

**04) Assinale a alternativa que apresente a função sintática exercida por *imagem* no período “Quis reler as frases que me marcaram para me enxergar a partir do que eu tinha lido – uma espécie de espelho que devolve a imagem guardada, antiga, empoeirada”:**

- (A) Objeto Indireto.
- (B) Predicativo do Sujeito.
- (C) Sujeito.
- (D) Objeto Direto.
- (E) Aposto.

**05) Assinale a alternativa que apresente o tipo de relação estabelecida pela oração subordinada em destaque no seguinte período:**

**“A fim de que mantenha uma boa saúde, a pessoa deve praticar exercícios e ter uma dieta balanceada.”**

- (A) Finalidade.

- (B) Tempo.
- (C) Causalidade.
- (D) Modo.
- (E) Concessão.

**06) Joana foi comprar um ar condicionado, queria um de 36000 btus, mas o vendedor informou que um de 24000 btus era suficiente para a sala onde ela vai instalar o ar condicionado. Ou seja, O ar condicionado sugerido pelo vendedor é que fração menor em relação ao que ia comprar:**

- (A) 1/3.
- (B) 5/3.
- (C) 1/6.
- (D) 3/5.
- (E) 3/4.

**07) Uma dívida de R\$ 3000,00 foi paga 6 meses após o vencimento com juros de 5%. Qual o valor pago no sistema de juros simples?**

- (A) R\$ 3500,00.
- (B) R\$ 3600,00.
- (C) R\$ 3750,00.
- (D) R\$ 3800,00.
- (E) R\$ 3900,00.

**08) De segunda a sexta Gustavo almoça fora de casa paga R\$ 7,90 por cada refeição. Qual o gasto mensal de Gustavo? Obs: UTILIZE O MÊS COM 4 SEMANAS COMPLETAS PARA O CÁLCULO:**

- (A) R\$ 140,00.
- (B) R\$ 156,00.
- (C) R\$ 158,00.
- (D) R\$ 162,00.
- (E) R\$ 169,00.

**09) O carro de Paulo faz dez quilômetros com um litro de combustível e precisa percorrer duzentos e cinquenta quilômetros e gastou R\$ 95,00 para colocar o combustível necessário para a viagem. Qual o valor do litro de combustível que Paulo abasteceu?**

- (A) R\$ 3,80.
- (B) R\$ 3,85.
- (C) R\$ 3,90.
- (D) R\$ 3,75.
- (E) R\$ 3,65.

**10) Em um evento onde compareceram 350 pessoas a arrecadação com a bilheteria foi de R\$ 1050,00. Entre as pessoas que compareceram ao evento algumas pagaram meia entrada e outras inteira, sendo R\$ 3,00 a meia entrada e R\$ 6,00 a inteira. Qual a quantidade de pessoas que pagaram meia entrada?**

- (A) 130.
- (B) 150.
- (C) 175.
- (D) 180.
- (E) 225.

**11) Durante a Revolução Federalista, conflito deflagrado no Sul do Brasil logo após a Proclamação da República, houve o cerco a uma cidade paranaense, onde soldados republicanos resistiram às forças federalistas. A cidade onde ocorreu este episódio foi:**

- (A) Londrina.
- (B) Curitiba.
- (C) Guarapuava.
- (D) Lapa.
- (E) União da Vitória.

**12) A Guerra do Contestado opôs tropas do governo e sertanejos que vivam na região disputada pelos estados de Santa Catarina e do Paraná. Este conflito armado teve início em:**

- (A) 1914.
- (B) 1912.
- (C) 1939.
- (D) 1889.
- (E) 1903.

**13) Dentre os municípios paranaenses abaixo, assinale aquele que, temporariamente, foi capital do Estado do Paraná:**

- (A) Maringá.
- (B) Ponta Grossa.
- (C) Castro.
- (D) Foz do Iguaçu.
- (E) Antonina.

**14) Popularmente, a prática adotada por governos para financiar alguns programas com dinheiro de bancos públicos, atrasando o repasse dos recursos necessários para cobrir essas despesas, ficou conhecida como:**

- (A) Fluxo de Caixa.

- (B) Medida Provisória.
- (C) Cotas Orçamentárias.
- (D) Contingenciamento.
- (E) Pedaladas Fiscais.

**15) Nos termos da Consolidação das Leis Trabalhistas, considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a:**

- (A) 36 (trinta e seis) horas semanais.
- (B) 25 (vinte e cinco) horas semanais.
- (C) 18 (dezoito) horas semanais.
- (D) 32 (trinta e duas) horas semanais.
- (E) 30 (trinta) horas semanais.

**16) A Consolidação das Leis Trabalhistas prevê expressamente que não serão permitidos em regulamentos de qualquer natureza contratos coletivos ou individuais de trabalho, restrições ao direito da mulher ao seu emprego, por motivo de casamento ou de gravidez. Quanto à proteção ao estado gravídico da mulher e suas garantias, é INCORRETO afirmar que:**

- (A) Os períodos de repouso, antes e depois do parto, poderão ser aumentados de 15 (quinze) dias cada um, mediante atestado médico.
- (B) Não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.
- (C) A empregada deve, mediante atestado médico, notificar o seu empregador da data do início do afastamento do emprego, que poderá ocorrer entre o 28º (vigésimo oitavo) dia antes do parto e ocorrência deste.
- (D) A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e salário.
- (E) A empregada deve, mediante atestado médico, notificar o seu empregador da data do início do afastamento do emprego, que poderá ocorrer entre o 28º (vigésimo oitavo) dia antes do parto e ocorrência deste.

**17) No que se refere aos contratos administrativos, pode-se afirmar que:**

- (A) O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-

contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

(B) A minuta do futuro contrato não integrará o edital ou ato convocatório da licitação.

(C) É anulável e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido em na Lei 8.666/93.

(D) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, não sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo.

(E) A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

**18) O ato administrativo quando praticado com o desvio de poder, isto é, com uso indevido que o agente público faz do poder para atingir fim diverso do que a lei lhe confere, será:**

- (A) Nulo.
- (B) Anulável.
- (C) Perfeito.
- (D) Revogado.
- (E) Revogável.

**19) Estão subordinados a Lei 8.666/93 que rege as licitações e contratos administrativos públicos:**

(A) Além dos órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas de caráter público, e as entidades controladas diretamente pela União, Estado, Distrito Federal e Municípios.

(B) Somente os órgãos da administração pública direta.

(C) Somente os órgãos da administração pública indireta.

(D) Além dos departamentos federais, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

(E) Além dos órgãos da administração direta,

os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

**20) Agente público “é toda pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da administração indireta”. Assim, assinale a alternativa INCORRETA:**

(A) Os cargos públicos referem-se por ocupar cargos efetivos na função à qual são concursados, seus direitos e deveres são previstos em regime estatutário. Sua nomeação e posse no cargo público se darão mediante concurso público.

(B) Os cargos em comissão são preenchidos por servidores nomeados e exonerados "ad nutum", ou seja, independentemente de concurso público. Destinam-se a preencher cargos políticos, de confiança e, principalmente, de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(C) Os servidores temporários são aqueles contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

(D) Os gestores de negócio assumem, espontaneamente, determinada função pública em um momento emergencial, como enchentes, epidemia, desastre natural, entre outros.

(E) Os servidores estatutários estão sujeitos a um regime estatutário, bem como são ocupantes de emprego público.

**21) Segundo a lei que regulamenta os consórcios públicos, pode-se afirmar que:**

(A) Poderá ser excluído do consórcio público, sem prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

(B) É anulável a cláusula do contrato de consórcio que preveja determinadas contribuições financeiras ou econômicas de ente da Federação ao consórcio público, salvo a doação, destinação ou cessão do uso de bens móveis ou imóveis e as transferências ou cessões de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos.

(C) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração prescindirá prévia subscrição de protocolo de intenções.

(D) A legislação estabelece que o consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público no caso de constituir associação pública,

mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções, bem como de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.

(E) Todas as alternativas estão corretas.

**22) À luz da Constituição Federal de 1988, compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:**

(A) Processar e julgar, originariamente nas infrações penais comuns, os Governadores dos Estados e os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.

(B) Processar e julgar, originariamente as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, salvo referente as entidades da administração indireta.

(C) Processar e julgar, originariamente os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

(D) Processar e julgar, originariamente as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados.

(E) Processar e julgar, originariamente as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público.

**23) No que concerne ao sistema de controle de constitucionalidade das leis e atos normativos no direito brasileiro, existindo comprovada controvérsia constitucional sobre dispositivo de lei estadual anterior à Constituição da República de 1988, o Governo do Estado estará legitimado para:**

(A) Propor Ação Direta de Inconstitucionalidade.

(B) Propor perante o STF Mandado de Injunção.

(C) Propor Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

(D) Propor Mandado de Segurança.

(E) Propor Ação Declaratória de Constitucionalidade.

**24) Somente poderão ser objeto de delegação legislativa ao Chefe do Poder Executivo:**

**I - Planos Plurianuais e matérias relativas a Direito Tributário.**

**II - Matérias reservadas a lei complementar e matérias relativas a direitos políticos.**

**III - Matéria relativa ao Direito Civil e a cidadania.**

**IV - Organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.**

**V - Matéria reservada à lei ordinária e sobre instituição ou majoração de impostos.**

**Assinale a alternativa correta:**

(A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

(B) Apenas a afirmativa V está correta.

(C) Apenas a afirmativa III está correta.

(D) Apenas as afirmativas I, IV e V estão corretas.

(E) Apenas as afirmativas II e V estão corretas.

**25) Conforme preceitua o Código Civil vigente no Brasil, é correto afirmar apenas que:**

(A) As associações são pessoas jurídicas de direito privado.

(B) As organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito privado.

(C) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado.

(D) As empresas individuais de responsabilidade limitada são pessoas jurídicas de direito privado.

(E) Todas as alternativas estão corretas.

**26) A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro dispõe sobre direito em geral, servindo na prática de introdução ao direito como um todo, contendo normas gerais sobre aplicação do direito em geral, além do direito internacional privado. Em relação ao disposto na LINDB, está correto afirmar EXCETO:**

(A) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

(B) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

(C) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.

(D) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

(E) Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.

**27) Quanto aos vícios de consentimento que podem ocorrer nos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:**

- (A) Se ambas as partes procederem com dolo, estas podem alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- (B) São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- (C) São nulos os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- (D) O erro de cálculo não autoriza a retificação da declaração de vontade.
- (E) Considera-se coação o mero temor reverencial.

**28) De acordo com o estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto de lei orçamentária deverá conter a reserva de contingência. Dessa forma, assinale onde estará contida sua forma de utilização e definição do montante:**

- (A) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (B) Relatório de gestão fiscal.
- (C) Minuta de reserva de contingência.
- (D) Plano de metas e reservas.
- (E) Relatório resumido de execução orçamentária.

**29) Há suspeição do juiz, EXCETO:**

- (A) Se for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
- (B) Se for interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.
- (C) Quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.
- (D) Quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo.
- (E) Que receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa ou que subministrar meios para atender às despesas do litígio.

**30) Assinale a alternativa que contém apenas itens correspondentes a títulos executivos extrajudiciais:**

- I - Letra de câmbio e a nota promissória.**
- II - O crédito decorrente de foro e laudêmio.**
- III - A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.**
- IV - A duplicata, a debênture e o cheque.**

**Assinale a alternativa correta:**

- (A) Apenas as afirmativas I, II e IV.
- (B) Apenas as afirmativas I e IV.
- (C) Apenas as afirmativas II e III.
- (D) Apenas as afirmativas I, III e IV.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.